

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

G. Gonçalves, Nadia; A. Gonçalves, Sandro
DESENVOLVIMENTISMO E EDUCAÇÃO NO PARANÁ (DÉCADAS DE 1960 E 1970)
Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
12, núm. 2-3, 2008, pp. 143-171
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DESENVOLVIMENTISMO E EDUCAÇÃO NO PARANÁ (DÉCADAS DE 1960 E 1970)

Nadia G. Gonçalves¹

Sandro A. Gonçalves²

Resumo. Discute-se como o desenvolvimentismo é abordado nas mensagens dos governadores do Estado do Paraná à Assembleia Legislativa do Estado e a maneira como a Educação é a ele relacionada. Inicia-se com breve histórico sobre distintas perspectivas de desenvolvimentismo que permearam a política brasileira nas décadas de 1950 a 1970. Em seguida, trata-se do desenvolvimentismo no Paraná e se relisa uma análise do papel atribuído à Educação nos discursos dos governadores e nas políticas educacionais por eles relatadas, em especial quanto à implementação da Lei 5692/71, que reorganizava o ensino fundamental em 1º e 2º graus.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; Educação; Paraná.

DEVELOPMENTISM AND EDUCATION IN PARANÁ STATE (1960S-1970S)

Abstract. This study discusses how developmentism is approached in the speeches of the governors of Paraná State to the State Legislative Assembly and the way in which education is related to it. We begin with a brief history of the different perspectives of developmentism found in Brazilian politics from the 1950s to the 1970s. The work then moves on to developmentism in Paraná, and an analysis of the function attributed to education in the speeches of the governors and their educational policies, especially concerning the implementation of Law 5692/71, which reorganized elementary education in both elementary and high schools.

Keywords: developmentism, education, Paraná.

¹ Doutora em Educação (FEUSP). Professora do Departamento de Teoria e Prática de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPR. E-mail: nadiagg@ufpr.br.

² Doutor em Administração – Organizações e Planejamento (EASP-FGV). Professor de Mestrado e Doutorado em Administração – Universidade Positivo. E-mail: sag2@uol.com.br.

DESARROLLO Y EDUCACIÓN EN EL ESTADO DE PARANÁ (DÉCADAS DE 1960 Y 1970)

Resumen. Se discute cómo es abordado el desarrollismo en los Mensajes de los gobernadores del Estado de Paraná a la Asamblea Legislativa y la forma en que la Educación se relaciona con él. Se inicia con una breve historia sobre las distintas perspectivas de desarrollismo que permearon la política brasileña entre las décadas de 1950 y 1970. Luego es abordado el desarrollismo en el Estado de Paraná, analizando el papel atribuido a la Educación en los discursos de los gobernadores y en las políticas educacionales, en especial, las referentes a la implementación de la Ley 5.692/71, que reorganizaba la enseñanza básica primaria y secundaria.

Palabras Clave: desarrollo, educación, Estado del Paraná.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discute-se como o desenvolvimentismo é abordado nas mensagens dos governadores do Estado do Paraná à Assembleia Legislativa do Estado e a maneira como a Educação é a ele relacionada. Delimitam-se como período de estudo as décadas de 1960 e 1970, quando o discurso desenvolvimentista e suas políticas estavam presentes no panorama político nacional, com a especificidade da ditadura militar, além de abranger a implementação da Lei 5692/71, que reorganizava o ensino fundamental em 1º e 2º graus.

Estas mensagens são os discursos dos governadores na primeira reunião da Assembleia, a cada ano. Nelas, cada governador faz uma análise de conjuntura e um balanço das realizações referentes ao ano anterior. As mensagens são constituídas de uma abertura geral e de um detalhamento das ações por áreas, entre as quais, a Educação. Neste trabalho, a análise centrou-se na abertura - para averiguar quanto a Educação ali era mencionada, e como o era -, e no tópico específico sobre Educação.

Tratando-se de mensagens oficiais de governo, em especial, o pressuposto "é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*" (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p.377). Trata-se de relacionar texto e contexto: "buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações

extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos” (p.378).

Pierre Bourdieu, com a teoria dos campos, enfatiza este enfoque relacional, visando a demonstrar o sistema de relações existente nos espaços sociais e sua dinâmica:

[...] a análise das estruturas objetivas – as estruturas dos diferentes campos – é inseparável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o espaço social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço) (1990, p. 26).

Bourdieu ressalta ainda as limitações de entendimento e de ação sobre uma dada realidade e os determinantes histórico-sociais que pesam sobre ela, e considera que esta limitação, embora configure a ação, não a determina, mas é suficiente para criar padrões. Neste caso, busca-se observar a relação entre a proposição desenvolvimentista do Governo Federal e os discursos dos governadores paranaenses, em especial no que tange à Educação.

O trabalho está assim organizado: inicia-se com um breve histórico sobre perspectivas de desenvolvimentismo que permearam a política brasileira nas décadas de 1950 a 1970; em seguida trata-se do desenvolvimentismo no Estado do Paraná e se realiza uma análise do papel atribuído à Educação nos discursos dos governadores e nas políticas educacionais por eles relatadas.

DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL – DÉCADAS DE 1950 A 1970

No século XX houve distintas proposições sobre a condução do desenvolvimento econômico e social do país. Como elementos comuns se destacam a busca da aceleração desse desenvolvimento, o apelo nacionalista e o Estado como condutor do processo, e como elemento

variável, o entendimento quanto ao grau de interferência do Estado no âmbito privado e de influência internacional, política e econômica³.

Embora as discussões a respeito do desenvolvimento e do desenvolvimentismo no Brasil, relacionadas à industrialização e ao nacionalismo em especial, tenham tido início na década de 1930, a retomada do debate, em meados de 1950, é considerada essencial para o tema aqui abordado⁴.

Nesse período houve grande impacto das proposições da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL⁵ na discussão sobre o desenvolvimento no país. O núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento pode ser assim sintetizado:

- as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais. [...] esses efeitos negativos se reproduziriam ao longo do tempo na ausência de uma indústria dinâmica, entendida por Prebisch como a principal responsável pela absorção de mão-de-obra e pela geração e difusão do progresso técnico, pelo menos desde a Revolução Industrial britânica;

- o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que

³ Não é objetivo deste trabalho esgotar o assunto ou apontar todas as nuances de proposições desenvolvimentistas, mas apenas identificar as principais referências, no período.

⁴ É a partir desta década em especial, que, visando a uma política nacional de desenvolvimento econômico, são criados diversos órgãos setoriais, agências e comissões de atuação nacional, como a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Comissão Nacional de Bem-Estar, a Petrobrás, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, entre outros.

⁵ Criada pela ONU em 1948.

afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados. (COLISTETE, 2001, p.3)

Houve grande receptividade destas ideias no Brasil, tanto por parte da burocracia brasileira (técnicos) quanto do campo político, pois “proporcionavam fundamentação científica para uma tradição nacionalista de cunho intervencionista, para a qual tanto a teoria keynesiana quanto as políticas macroeconômicas dela derivadas revelavam-se especialmente instrumentais” (SOLA, 1998, p.62). Mesmo grupos adversários precisaram rever suas posições, pois a doutrina da CEPAL fomentava qualitativamente o discurso nacionalista preexistente, em três sentidos:

Primeiro: oferecia uma análise global da economia brasileira (...) como uma formação histórica típica, com base em uma teoria econômica que buscava explicar a natureza específica das economias capitalistas retardatárias ou em desenvolvimento. Em segundo lugar, apoiava-se em uma análise concreta e precisa da dinâmica e forma de operação do sistema econômico com vistas a identificar suas tendências estruturais, condição, por sua vez, para reverter os efeitos indesejados do “desenvolvimento espontâneo” através de estratégias de planejamento. Finalmente, a Cepal oferecia um discurso alternativo, um terceiro caminho entre as doutrinas do liberalismo econômico tanto quanto do marxismo brasileiro (p.63).

Enquanto a CEPAL enfatizava aspectos econômicos da discussão sobre o desenvolvimento, a mesma perspectiva, mas no âmbito político, é assumida em, 1955, pelo ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros⁶, que, segundo Caio N. Toledo (1978), foi principalmente um centro de formação política e ideológica, de orientação democrática e reformista.

O artigo 2º do decreto n.º 37.608 indica duas principais finalidades complementares do ISEB: uma educativa, voltada ao estudo, ao ensino e à divulgação da sociologia, da história, da economia e da política, para o aprofundamento da compreensão crítica da realidade brasileira, e a outra, política, na medida em que tais estudos visavam “à

⁶ O ISEB foi criado pelo Decreto n.º 37.608, por João Café Filho, como um desdobramento do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP), existente desde 1952. O ISEB ficou subordinado ao Ministério da Educação e Cultura e ao seu Ministro.

elaboração de instrumentos teóricos que permitam ao incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”.

Embora o Instituto fosse constituído de intelectuais de múltiplas orientações teóricas e políticas, havia convergência entre estes,

[...] na convicção de que, através do debate e do confronto das ideias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O *nacional-desenvolvimentismo* foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista – à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. Uma Nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico de alguns desses intelectuais. (TOLEDO, 1978, p.1)

O ISEB passou por diferentes fases. A primeira coincide com o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), e é caracterizada pela convergência da defesa do nacional-desenvolvimentismo. Nela, segundo Vale (2006), o ISEB é contagiado por um “entusiasmo descuidado”, enquanto busca formular uma ideologia nacional do desenvolvimento, “para ser base de uma consciência e cultura autenticamente brasileiras e servir de apoio ao governo populista de Juscelino Kubitschek. Para eles, a educação, antes de escolarizada e técnica, tem de ser ideológico-desenvolvimentista e nacionalista.” (p.22).

Esta preocupação era derivada, em grande parte, da compreensão de que era preciso superar a situação de submissão econômica e política do país a oligarquias rurais, a partir do fomento de uma sociedade mais complexa, modernizada, em especial com o apoio a uma “burguesia industrial nacional” (p.75). Para isso eram necessários recursos, e a esse respeito havia divergências no interior do ISEB, porquanto alguns intelectuais eram contrários ao capital estrangeiro e outros o aceitavam, embora sob controle.

A segunda grande fase do ISEB é caracterizada pela revisão crítica das teses nacional-desenvolvimentistas, quando “verificou-se que o país cresceu economicamente – com a consolidação do capitalismo industrial – mas não resolveu em profundidade suas graves e históricas desigualdades sociais e regionais” (TOLEDO, 1978, p.2).

Por um lado, Toledo afirma que nesse momento ocorre uma intensa politização e homogeneização ideológica do Instituto, que

ênfatizará e subsidiará o debate acerca das reformas sociais e econômicas defendidas pelo governo de João Goulart. Por sua vez, Octávio Ianni (1984, *apud* VALE, 2006, p.148) defende que houve maior homogeneidade na primeira fase, e que a segunda foi mais contraditória. Essa divergência pode ser compreendida se for considerada a análise de Antônio M. do Vale sobre o ISEB, em que Vale afirma que “pelas diversas categorias filosóficas, sociológicas, culturais e econômicas empregadas pelos isebianos, perpassa um anseio por unidade, forte a ponto de impedir o histórico emergir das contradições” (2006, p.22).

Neste sentido, na segunda fase, apesar das divergências específicas internas, a postura crítica destes intelectuais determinará a ação pesada dos militares sobre o ISEB: nos dias seguintes ao golpe de 1964 a sede do Instituto foi invadida e seus móveis, arquivos e biblioteca, destruídos.

Desta forma, a CEPAL e o ISEB foram os dois principais fomentadores das discussões acerca do desenvolvimentismo no Brasil, nesse período: embora as proposições da primeira tenham tido maior impacto efetivo na economia do país (COLISTETE, 2001), as contribuições do segundo, com maior ênfase no âmbito ideológico e político, dominaram o pensamento intelectual nos anos 50.

Para a CEPAL e o ISEB, a superação do subdesenvolvimento deveria ser planejada estrategicamente e conduzida pelo Estado, seu principal agente, com a atribuição de planejar o desenvolvimento e de estabelecer as condições institucionais e econômicas necessárias. Em sua defesa de uma estratégia nacional de desenvolvimento, o ISEB adota a teoria do imperialismo, segundo a qual o subdesenvolvimento do país pode ser atribuído não somente a fatores internos, mas também à exploração dos países desenvolvidos e às pressões que eles exercem sobre os demais.

Segundo Bresser Pereira (2005), o conceito de desenvolvimento do ISEB e da CEPAL pode ser brevemente sintetizado da seguinte maneira:

[...] é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado Nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado (p.213).

A partir principalmente de meados da década de 1960 o ISEB passa a ser duramente criticado, em sua perspectiva política e acadêmica, por um grupo da escola de Sociologia da Universidade de São Paulo⁷, de viés essencialmente marxista.

Sua preocupação principal será com a marginalidade social, a distribuição de renda e a análise dos gêneros e das classes sociais. Ao contrário do que ocorre com o ISEB, a questão nacional não é central para a escola de sociologia de São Paulo. Enquanto a interpretação do ISEB, como a da CEPAL, corresponde à interpretação nacional-burguesa do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à idéia da revolução nacional, a escola de São Paulo estará muito mais ligada [...] à versão da dependência associada. [...]

Enquanto [...] o ISEB era um grupo nacionalista e historicista, que tinha uma visão dualista da história, que pressupunha a possibilidade de alianças de classe, e estava preocupado com o desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo; a escola paulista adotou uma perspectiva cosmopolita, antidualista, enfatizou o conflito de classes – ou seja, a dicotomia esquerda-direita, rejeitando a possibilidade de acordos nacionais e não se interessando em criticar as relações imperiais existentes entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos. (BRESEER PEREIRA, 2006, p.206-207)

A teoria da dependência é uma crítica à teoria do imperialismo, em dois aspectos principais. Ela afirma que: 1) a razão do subdesenvolvimento do país não está apenas na exploração de origem externa, mas também na incapacidade das elites locais de serem nacionais; e 2) os países desenvolvidos não são contrários à industrialização dos subdesenvolvidos, mas condicionam este processo, promovendo a concentração de renda e estimulando o autoritarismo (p.218).

Em uma de suas vertentes⁸, denominada “dependência associada”, enfatiza: “já que os países latino-americanos não podem contar com uma burguesia nacional, não lhes resta outra alternativa senão

⁷ Inicialmente liderados por Florestan Fernandes, e depois, por Fernando Henrique Cardoso.

⁸ O autor indica ainda duas outras, a ortodoxa e a do desenvolvimento nacional-dependente.

se associarem ao sistema dominante e aproveitar as frestas que esse oferece para que a América Latina se desenvolva" (p.222).

Esta abordagem também foi duramente reprimida⁹ durante o período militar¹⁰, e é a partir de 1964 que a Escola Superior de Guerra - ESG¹¹ e sua proposição de desenvolvimento para o país tornam-se dominantes no cenário nacional, como pensamento oficial do Estado.

A ESG se coloca como adjuvante do Estado Moderno, que tem como objetivo levar a cabo o planejamento – uma questão técnica e científica – capaz de promover aceleradamente o desenvolvimento econômico. A democracia é um termo que assume uma polivalência muito grande: o Estado interventor, a manutenção da propriedade privada, e é, ao mesmo tempo, um sentimento que deve guiar os indivíduos em todas as esferas da vida cotidiana. [...] Trata-se de um processo de reeducação tanto do povo como das elites, na família, na religião, nos clubes esportivos, etc., o que não ocorre no ISEB. [...] As reformas propostas são reformas não antagônicas, isto é, que não entrariam em choque com os interesses econômicos dos diferentes grupos. [...] Não há [...] um setor social que poderia ser claramente identificado como idealmente capaz de levar a

⁹ Paradoxal, mas não casualmente, a CEPAL não é alvo de críticas tão ferrenhas, quanto o ISEB, e muito menos de repressão.

¹⁰ Segundo Guita Debert (2004), que realiza um estudo comparativo sobre as proposições de desenvolvimento econômico do ISEB e da ESG, a literatura que os aborda tende a contrapor a questão nacional à social: "Dessa perspectiva as diferenças entre ESG e ISEB são minimizadas na medida em que não há uma interpelação tipicamente classista em nenhum dos dois casos. Ou então, pelo contrário, cada uma das instituições é definida como representando um dos modelos paradigmáticos dos movimentos políticos da época: o ISEB nacionalista e progressista em oposição à ESG, instituição criadora e divulgadora da ideologia que legitima a associação da burguesia brasileira com os militares e as multinacionais. (...) [Porém] o que está em jogo naquela conjuntura são projetos distintos, que visam a promover um desenvolvimento econômico aceleradamente, num momento em que qualquer proposta, até mesmo para ser formulada, deve ter garantida a legitimidade popular e onde o sentimento democrático se traduz na busca de mecanismos capazes de propiciar uma manifestação plebiscitária da sociedade" (p.2).

¹¹ A ESG foi criada pela Lei n° 785, de 20 de agosto de 1949. Entre seus fundadores estavam muitos oficiais que haviam participado da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, sob o comando dos Estados Unidos. Esta ligação com os EUA caracterizará a ESG desde sua idealização. Seu objetivo, conforme a Lei acima mencionada, era "desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção superior e para o planejamento da segurança nacional". A ESG ainda está em funcionamento, nos dias atuais.

cabo a legitimação dessa proposta a não ser os próprios estagiários da ESG. [...] Mas seria ingênuo supor que o Bem-Estar possa ser conquistado sem a Segurança. O mundo está dividido entre dois blocos antagônicos e, para o Brasil, não há saída fora do Ocidente. Não se trata de uma filiação automática aos interesses norte-americanos, mas de uma pressão para que aqui seja implantado um novo programa, capaz de acelerar o desenvolvimento. A crítica ao capital estrangeiro é acirrada na ESG, sua entrada exige um controle estrito, mas é a única forma de desenvolver o país. (DEBERT, 2004, p.4)

A doutrina da ESG dominou todo o período do regime militar brasileiro. Na prática, o controle em relação à entrada de capital estrangeiro não foi tão firme, uma vez que o “milagre econômico” derivou de elevados empréstimos, até então de baixo custo relativo, e a crise que o país enfrentou a partir da década de 1980 foi decorrente de seu grande endividamento¹² e da dependência de recursos externos, como o petróleo.

Em relação à Educação, Vale ressalta um dualismo central nas proposições dos isebianos, derivado de uma situação historicamente constituída no Brasil:

[...] a criação da escola para as elites (secundária e superior) e da escola para as classes populares (primária e a profissional). A primeira para os espíritos luminosos, a segunda para os que deviam sofrer [...]. Educação das elites para os já emancipados, e educação popular para os que produziam, a fim de aumentarem a produtividade. Não houve unidade entre os nossos isebianos sobre como podia acontecer ascensão de classe; acordavam entre si que a participação no consumo nas cidades revelava aumento de salário e conseqüentemente participação na renda (Jaguaribe). (2006, p.201).

Também não se pode ignorar a influência da Teoria do Capital Humano¹³ nas proposições políticas, associada às ideias desenvolvimentistas,

¹² Com *spreads* crescentes, ou seja, o aumento da taxa adicional cobrada além da taxa de juro básica que o tomador de empréstimo se propõe a pagar.

¹³ Sua proposição foi coordenada por Theodore W. Schultz, em 1950, nos Estados Unidos, e visava explicar os fatores que ocasionavam os diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico entre os países. Um de seus principais argumentos é que há relação direta entre qualificação, força de trabalho e crescimento econômico.

nem as relações econômicas, políticas e técnicas com os Estados Unidos, que marcam as décadas de 1960 e 1970, no Brasil.

Neste sentido, a Lei n.º 5692/71, que reformava o então ensino primário e secundário, transformando-o em 1º e 2º graus, e estabelecia a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2º grau, estava fortemente associada ao desenvolvimentismo e à preocupação com o desenvolvimento do país, relacionada ao crescente processo de urbanização e industrialização e às demandas por profissionalização, advindas de parte da população.

AS IDEIAS DESENVOLVIMENTISTAS NO PARANÁ

Até meados da década de 1930 o Paraná era considerado “um Estado acanhado, quer no que se refere à parcela ocupada de seu território, quer no que diz respeito à sua situação econômica e financeira” (PADIS, 1981, p.195), de base essencialmente agrícola. Entre as décadas de 1930 e 1960, porém, sua expansão é entendida, pelo mesmo autor, como surpreendente, nos âmbitos demográfico e de povoamento, o que exigia do Estado “uma estrutura administrativa ágil e largamente dotada de recursos”, demanda para a qual ele não estava preparado: em 1920, a população total do Estado era de 685.711. Sua evolução¹⁴ pode ser observada no quadro 1.

Quadro 1. Evolução da população urbana e rural do Estado do Paraná (1940-1970)

Ano	População total	População urbana	População rural
1940	1.236.276	302.272 24,45%	934.004 75,55%
1950	2.115.247	528.288 25,00%	1.587.259 75,00%
1960	4.296.375	1.327.982 30,90%	2.968.393 69,10%
1970	6.997.682	2.546.899 36,40%	4.450.783 63,60%

Fonte: PARANÁ, 1973, s/p.

¹⁴ Não há dados do IBGE referentes a 1930.

Porém, “o decênio dos anos sessenta [...] foi marcado por ingentes esforços governamentais: [...] devem ser destacados aqueles que se dirigiram à supressão das deficiências infraestruturais e à criação de condições e estímulos à implantação industrial” (p.195).

Essa abordagem parece ser consenso na literatura, no sentido de que houve um processo tardio de industrialização no Paraná, voltado para a substituição de importações, em relação ao que ocorria no país. Este atraso penalizou o Estado de diversas formas, uma vez que o modelo já estava instalado em outros, ocasionando uma “queda considerável no ritmo da economia estadual” (p.200): havia desvantagem na concorrência com os Estados do Centro-Sul - especialmente com São Paulo – os quais possuíam parques industriais e malhas rodoviárias estabelecidos; e houve agravamento destes problemas com o desemprego ocasionado pela política de erradicação do café¹⁵ (1965-1967), base ainda muito forte da economia paranaense, à época.

As proposições do nacional-desenvolvimentismo - planejar o desenvolvimento, por meio da atuação direta, modernizante, racional e dinâmica do Estado - são apropriadas e associadas ao estadualismo, ou paranismo¹⁶, em sua dimensão política:

O paranismo recolhe [...] a noção do Paraná como região periférica e dependente, cujo desenvolvimento é sufocado pela evasão de renda e pelo tipo de produção local (agropecuária). Da mesma forma, acentua, entre os motivos que explicam a permanência desse quadro, o papel desempenhado por São Paulo ao influir na política econômica do governo federal. A ênfase na industrialização e no papel do Estado na sua condução constituem outro elemento central do paranismo: [que] se caracteriza pela crítica ao pequeno peso político do governo estadual na federação, por determinado “antipaulistanismo” e por um conteúdo progressista, expresso na ênfase à industrialização e ao papel do Estado no seu planejamento. (LEÃO, 1989, p.20).

¹⁵ Proposto pelo Instituto Brasileiro do Café: após intensas geadas na década de 1960, que inutilizaram muitas plantações de café, o IBC estabeleceu a substituição dos “cafeeiros antieconômicos” por lavouras temporárias ou pastagens.

¹⁶ Movimento forte no Paraná especialmente na década de 1920. Romário Martins, considerado um de seus principais pilares, atribui a origem do termo *paranista* a Domingos Nascimento, em 1906, como significando “natural do Paraná, tomado de amor pelo seu Estado, por cujo progresso, prestígio e integridade envida todos os esforços” (conforme Vale, 2006, p.2).

Neste discurso destacam-se as ênfases na necessidade do empenho do capital local, do investimento em empresas paranaenses, bem como a percepção de que a autonomia do Estado deveria ser buscada por ele mesmo. A melhoria das condições sociais da população e a Educação, em seu sentido amplo, estão associadas a este processo, como pode ser observado nos trechos abaixo:

O objetivo primordial do programa de Governo para o período 1966/70 baseia-se na concepção de desenvolvimento como um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção.

Mas essa concepção não é em si suficiente. É necessário que o desenvolvimento integre, em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as regiões do Estado e todas as manifestações da existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em nossa filosofia de Governo. (Paulo C. Pimentel, in PARANÁ, 1966, p.XVII)

O setor prioritário a ser atendido, com maiores recursos, é o de obras em novas unidades escolares, secundado por investimentos no sentido de melhoria do padrão das escolas existentes, aperfeiçoamento do ensino médio e incentivo e melhoria de estabelecimentos particulares. Finalmente, a valorização de nossa cultura, através do apoio e financiamento a realizações que elevem o padrão cultural de todo o povo e propiciem ambiente favorável à projeção científica, literária e artística de nossa gente. (Paulo C. Pimentel, in PARANÁ, 1966, p.XV)

São criados órgãos públicos para o gerenciamento do processo¹⁷, destacando-se a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, em 1962, com a finalidade de administrar o Fundo de

¹⁷ Como a SANEPAR (saneamento), a TELEPAR (telecomunicações), a CELEPAR (processamento de dados), a COHAPAR (habitação), a FUNDEPAR (educação), e a CAFÉ DO PARANÁ (agricultura).

Desenvolvimento Econômico – FDE¹⁸, destinado “ao financiamento de investimentos públicos no setor de energia elétrica e de empreendimentos da iniciativa privada nas áreas industriais consideradas essenciais à política de industrialização incentivada pelo governo paranaense” (IPARDES, 1989, p.62). Além disso, foram mobilizados recursos do FDE para o desenvolvimento de estudos¹⁹ “que propiciassem o efetivo conhecimento dos principais setores da economia paranaense e da ‘economia social’, como habitação e saneamento” (p.63).

Assim, na década de 1960, infraestrutura e industrialização marcam os discursos dos governadores e as políticas paranaenses, visando, conforme mencionado, ao desenvolvimento e modernização do Estado e do aparelho de Estado, o que é justificado por sua ineficiência estrutural:

Entendeu o Governo fixar-se naqueles problemas que a conjuntura apontava como os de maior importância para a administração e que representavam, como em parte ainda representam, verdadeiro desafio à máquina administrativa esclerosada e obsoleta que encontramos, incapaz de dar condições, quer ao servidor público de melhor servir, quer ao Estado de servir-se dela para complementar o esforço do setor privado, com o mínimo indispensável à liberação dos pontos de estrangulamento que estavam sufocando a expansão de novas energias criadoras da coletividade, quanto mais para criar estímulos ao labor produtivo do povo (Ney Braga, in PARANÁ, 1965, p.IX).

Graças a esse diálogo [político alto] estamos nos comunicando com o povo, através de suas mais expressivas e ponderáveis correntes políticas, para realização de uma obra que visa, acima de tudo, aproximar o Paraná de si mesmo e projetá-lo, unido, no cenário nacional, como uma das mais pujantes unidades da Federação.

A implantação da infraestrutura básica – transportes, energia elétrica, telecomunicações, saneamento urbano – passou para o

¹⁸ Instituído pela Lei 4.529, de 12/01/1962. “Para constituir os recursos do FDE, foi criado um empréstimo compulsório nos impostos sobre vendas, consignações e transações, equivalentes a 1% dessas operações, durante cinco anos, a partir da vigência da lei. Em fevereiro de 1964, a Lei 4826 elevou o adicional para 2% (...)” (IPARDES, 1989, p.62)

¹⁹ Na gestão de Ney Braga (1961-1965) também houve um programa de formação de técnicos de alto nível, patrocinado pela CODEPAR: estes futuros administradores fizeram especializações e mestrados nos Estados Unidos, em especial na Universidade do Sul da Califórnia e no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

terreno efetivo das realizações, em escala capaz de cobrir o âmbito total do Estado, ao mesmo tempo que o atendimento aos setores de caráter social – educação, saúde, habitação, etc., - tomou proporções de maior magnitude, em função das reais reivindicações da população. [...]

[...] com uma economia ainda lastreada no setor primário e caracteristicamente de exportação, com apoio no café, o poder público desenvolveu uma ação decisiva para promover a diversificação econômica. (Paulo C. Pimentel, in PARANÁ, 1966, p.VIII-XII)

Na década de 1970 permanecem algumas das características desenvolvimentistas apresentadas até o momento, no cenário paranaense, como a ênfase na industrialização, porém elementos novos são incorporados, como a entrada e valorização de capital estrangeiro e de empresas multinacionais, e outros tornam-se mais fortes no processo, fatores que também estão presentes no âmbito nacional, como

(...) a centralização financeiro-administrativa nacional e a ascensão de um grupo de tecnoburocratas, (que) autorizados pelo sucesso aparente do “milagre econômico” no início da década, gradativamente desenharam um modelo de gerenciamento da “coisa pública” dito empresarial. É nesse contexto que se encontram as experiências mais acabadas de planejamento, representadas pelo I e II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – I e II PND (IPARDES, 1989, p.73).

A reforma administrativa e a proposição de um planejamento sistematizado são fortalecidas como políticas de governo, na medida em que os PNDs estabeleciam responsabilidades aos Estados, que deveriam ajustar suas ações aos planos nacionais. Os repasses de recursos financeiros do Governo Federal aos Estados também eram condicionados a essa vinculação.

No Paraná, continuavam as iniciativas de modernização e expansão da agricultura - voltadas ao desenvolvimento econômico, mas também destinadas a assegurar a permanência de parte da população no campo, uma vez que as taxas de urbanização do Estado se elevavam. Simultaneamente se intensificavam os esforços de consolidação da indústria paranaense, justificando-se mudanças na relação com o capital estrangeiro – que então passava a ser fundamental no processo – por exemplo, com a redução da “instabilidade da produção local, porque

menos sujeita às oscilações de produção e mercado do setor primário. Ela é apontada como resposta a problemas de ordens diversas, justificando todo apoio ao setor secundário, isto é, (...) o Paraná está voltado também para os incentivos à industrialização" (IPARDES, 1989, p.89):

Estado primordialmente agrícola, e que merece, por isso, a preocupação maior do Poder Público no amparo ao setor primário de sua economia, baseado em grande parte na produção cafeeira [...] o Paraná está voltado também para os incentivos à industrialização: esta tem sido a tônica da atuação do Banco do Desenvolvimento do Paraná que, embora seus esforços, não conseguiu vencer ainda a tendência histórica que continua a caracterizar a atividade industrial paranaense com empresas de pequeno e médio porte.

A iniciativa privada, co-responsável na realização do desenvolvimento econômico e social, que em sido por nós convocada à participação e à soma, tem tido e terá no Governo do Estado um aliado permanente para a sua expansão. (Pedro V. Parigot de Souza in PARANÁ, 1972, p.XIV).

Ainda sobre a questão dos recursos, na abertura da mensagem o governador Pedro V. Parigot de Souza, quando fazia um balanço das condições difíceis que encontrara ao assumir o Governo, lembrava:

Em vários setores, ainda, destacando-se a Estrada de Ferro Central do Paraná e as obras de telecomunicações, os contratos de empréstimos não vencidos se projetam para o corrente e os vindouros exercícios.

Este fato, normal na administração pública, que vê como legítima a busca de recursos externos e extra-orçamentários, deve ser lembrado, para que não se pretenda destinar com excessivo otimismo os recursos provindos da arrecadação tributária, grande parte deles efetiva e antecipadamente comprometidos. (Pedro V. Parigot de Souza in PARANÁ, 1972, p.VIII).

Além de recursos externos – que envolviam empréstimos e financiamentos federais e estrangeiros – havia também a cooperação técnica externa, como o acordo assinado entre “o Governo do Estado e a Organização dos Estados Americanos” (1973, p.V), visando à elaboração de uma política de desenvolvimento urbano para o Estado, e de um plano de desenvolvimento para a Região Noroeste.

Tratando-se dos aspectos econômico e administrativo, nota-se que as mensagens dos governadores da década de 1960 apoiam-se nos princípios de uma ação racional, evidenciando as limitações da máquina administrativa, e gradualmente e com mais clareza nas mensagens da década de 1970, os discursos vão enfatizando mais e mais a técnica. É preciso haver informações, dados precisos, para que possa haver planejamento, e assim, ação mais eficiente (TRINDADE e ANDREAZZA, 2001, p.115).

Na abertura da mensagem de 1973, o mesmo governador elencava os princípios que orientavam a nova administração do Estado. O primeiro era que “a tarefa de governar não é responsabilidade exclusiva dos homens que exercem o governo, mas constitui responsabilidade coletiva” (p.III). Em seguida, esclarece:

O outro conceito básico que orientou a ação governamental nesse período diz respeito à necessidade de gerir os recursos postos à disposição do Poder Público segundo um critério de máximo rendimento social, buscando-se sempre a melhor relação custo-benefício para o emprego dos escassos recursos disponíveis.

Assim, a primeira preocupação do Governo dirigiu-se para a realização de um cuidadoso planejamento da atividade administrativa, através da elaboração de uma radiografia da situação apresentada pelo Estado em todos os setores e da fixação das diretrizes que deveriam orientar a ação do poder público na correção das distorções evidenciadas. (in PARANÁ, 1973, p.III e IV)

Para tanto, menciona a instituição da Coordenação de Planejamento Estadual, a qual desenvolveu estudos que resultaram no documento intitulado “Diagnóstico e Diretrizes de Ação”, que, por sua vez, subsidiou a criação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Especificamente no caso da Educação, também há menção a um convênio²⁰ “MEC/USAID no valor de 9,7 milhões de dólares [...] com vistas à obtenção de recursos necessários à ampliação e aperfeiçoamento do ensino” (Emílio Hoffmann Gomes, in PARANÁ, 1974, p.XIV).

²⁰ Convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development*. Além deste acordo ser mencionado em outras Mensagens, também é citado o II Acordo MEC/USAID (PARANÁ, 1975, p.95).

O Estado continua sendo o agente responsável por conduzir o processo de desenvolvimento, agregando a segurança à preocupação social, sem incorrer no assistencialismo. Em outras palavras, a proposição de condução e reeducação do povo, presente no pensamento da ESG, aparece com mais força nas mensagens da década de 1970.

Sabemos todos que o crescente surto de atentados à vida e à propriedade, da dramática marginalização do menor, do favelamento nas grandes cidades e de doenças de massa, principalmente no meio rural, são problemas que dificilmente se resolverão pela ação policial, por programas assistencialistas ou mediante distribuição gratuita de medicamentos. Essas medidas por certo reduzem os seus efeitos, sem entretanto, eliminar-lhes as causas.

Somente através do desenvolvimento econômico e social, que proporcione a melhoria dos padrões da população, poderemos reduzir e minimizar os males que afligem os menos favorecidos, abrindo-lhe perspectivas de trabalho compensador e condições de ascensão social.

Como agente do desenvolvimento, cabe ao poder público criar estímulos e incentivos que aumentem a produtividade do trabalho, elevem o valor agregado da produção, diversifiquem as atividades econômicas e ampliem o mercado para a mão-de-obra mais qualificada, possibilitando a elevação da renda e sua distribuição equitativa (Emílio Hoffmann Gomes, *in* PARANÁ, 1974, p.XIV)

Esta perspectiva busca ser coerente com a política desenvolvida no âmbito federal:

A exigência de investimentos compactos no setor social decorre da própria estratégia do desenvolvimento fixada no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Na opção realizada – diz o PND – o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de “esperar o bolo crescer”. Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas “enquanto o bolo cresce”.

O governo paranaense partiu da constatação de sua não ingerência na política salarial e da limitada influência na política de empregos para concentrar-se, primordialmente, na valorização de recursos humanos.

Este esforço produziu resultados particularmente profícuos na educação, onde o Estado ofereceu escola e alimentação a 1,8 milhão de crianças entre 7 e 14 anos, representando 82,1% da população escolar. [...] Graças à aplicação de 340 milhões de cruzeiros do Fundo [de Apoio ao Desenvolvimento da Caixa Econômica Federal] constroem-se três mil salas de aula – 1.400 entregues nos últimos doze meses. (Jayme Canet Júnior, in PARANÁ, 1976, p.XIII-XIV).

Deve-se lembrar que esse discurso é feito em um momento em que as taxas de crescimento ainda eram expressivas, no período conhecido como do “milagre econômico”, que começa a entrar em crise a partir de 1979.

A EDUCAÇÃO E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

A Educação torna-se presente nas Mensagens, ressaltada como fundamental para o desenvolvimento do Estado e da população paranaense, em função de dois argumentos básicos: 1) considerando-se que também há justificativas do processo modernizador, visando a assegurar o bem-estar social, a expansão do acesso à escola passa a ser parte do processo de desenvolvimento do Estado; e 2) essa expansão é necessária para a formação de mão-de-obra mais qualificada para o cenário econômico industrializado que se busca construir. Para tanto, é ressaltada a necessidade de expansão do sistema de ensino, em todos os níveis.

O atual Governo do Paraná, por sinal, encara a Educação não só como um dever do Estado, mas inclusive como um fator de desenvolvimento econômico, pelo que pode representar como qualificação do trabalho humano, abrindo novas perspectivas do emprego especializado. (Ney Braga, in PARANÁ, 1965, p.86)

Este é um dos pontos básicos, a que o atual Governo quer emprestar a sua melhor atenção, para poder dar uma contribuição positiva, eficiente e duradoura ao esforço regional pelo desenvolvimento. Ao lado da alfabetização em massa, o Governo quer dar ao ensino técnico maior ênfase que a qualquer outro. (Paulo C. Pimentel, in PARANÁ, 1966, p.XVI)
No setor da Educação e Cultura (...), o Governo esteve perfeitamente à altura das novas situações geradas na sociedade

paranaense, em rápido desenvolvimento e, por isso mesmo, mais aguçada em suas aspirações de instruir-se e de bem preparar-se para o domínio das técnicas, ciências e artes. (Emílio H. Gomes, *in* PARANÁ, 1975, p.XII)

A relação altamente positiva entre nível de escolaridade e renda é indicador de que a educação se constitui um fator de alta significação a ser considerado em qualquer política governamental que vise ao desenvolvimento social e, mais especificamente, à elevação da qualidade de vida das populações menos favorecidas. (Ney Braga, *in* PARANÁ, 1980, p.47)

Na abertura das mensagens, em que é feito o balanço geral das ações do ano anterior, as quais depois são detalhadas em tópicos específicos, a Educação aparece mais na década de 1960 que na de 1970, o que parece revelar uma relação mais imediata, feita pelos gestores, entre ela e o desenvolvimento do Estado:

Ao fim do período 1961/1965 o Paraná situou-se como o 4º Estado do Brasil no esforço em prol da educação.

Embora a Constituição federal estabeleça que os Estados devem aplicar, no mínimo, 20% de suas rendas públicas em educação, o Paraná aplica atualmente mais de 27%. [...]

Um grande e meritório trabalho foi realizado no sentido de aperfeiçoamento do professorado, cujo número atualmente se aproxima de 30 mil [...].

Entretanto, muito ainda resta a fazer em vista dos problemas criados pelo grande crescimento populacional do Estado, tendente a agravar o déficit de salas de aula já existentes, o alto índice de evasão escolar no ensino primário, causados pela pobreza, necessidade de trabalho, distância excessiva da escola e má distribuição de professores, particularmente na zona rural, conforme dados fornecidos pelo Censo Escolar de 1964. (Paulo C. Pimentel, *in* PARANÁ, 1966, p.XIV-XV).

A reforma do ensino de 1º e 2º graus, a partir da Lei 5.692/71, é abordada em todas as mensagens, a partir de 1972. Os comentários referem-se ao processo de implementação de suas diretrizes:

No setor da educação e cultura, o ano de 1971 caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal n.º 5.692, [...] que estabeleceu novas normas e diretrizes para a educação nacional. Foi instituído um Grupo de

Assessoria e Planejamento – GAP, na Secretaria de Educação e Cultura, com a finalidade de planejar e implantar a reforma do ensino no 1º e 2º graus, nos moldes previstos pela nova legislação federal. Do trabalho do GAP resultou um Planejamento Prévio, documento aprovado, com recomendações, pelo Conselho Estadual de Educação. (Pedro V. Parigot de Souza, in PARANÁ, 1972, p.61)

O GAP elaborou o “Documento-Base para o Planejamento Prévio para Implantação do Sistema de Ensino de 1º e 2º Graus” (1971), considerando as metas estabelecidas pelo Plano Setorial de Educação e Cultura para 1972 a 1974, a saber:

a) expansão da rede escolar, de modo a atender um mínimo de 80% da população de 7 a 14 anos; b) extensão da escolarização na zona rural, tendo em vista o ensino fundamental; c) extensão gradativa da escolarização na zona urbana, visando o ensino fundamental; d) implantação do ensino de 1º grau, pelo menos, nas capitais dos Estados e Distrito Federal. Além do Triênio, até o final da década: a) atendimento integral da população na faixa etária de 7 a 14 anos; b) implantação do ensino de 1º grau em todo o Território Nacional. (PARANÁ, 1971, p.259)

Este Plano envolvia também um cronograma de acompanhamento aos Estados para reformulação curricular e fases de sua execução²¹. Assim, o GAP propõe um projeto de implantação das reformas educacionais baseado em fases e grupos de municípios, organizados e selecionados por critérios demográficos, de recursos humanos e físicos, e de condições de acompanhamento, controle e avaliação. A operacionalização da proposta se daria da seguinte maneira:

A primeira fase seria desencadeada através da implantação das 1ªs, 5ªs e 6ªs séries do ensino de 1º grau nas áreas piloto, funcionando as 2ªs, 3ªs, e 4ªs do ensino primário e 2ªs e 4ªs do ginasial, com currículos adaptados. Na segunda fase, articular-

²¹ A própria lei 5692/71 estabelecia, em seu artigo 72, que “a implantação do regime instituído na presente Lei far-se-á progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação que deverá seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele, e disciplinar o que deva ter execução imediata”.

se-iam as séries já implantadas com as subseqüentes, reduzindo-se o currículo antigo às 3^{as} e 4^{as} do primário e 4^{as} ginasial; em seguida estariam funcionando apenas as turmas de 4^a séries primárias, que desapareceria, finalmente na quarta fase, quando estariam funcionando integralmente os novos currículos do ensino de 1º grau. E em cada abertura de etapa de expansão seria inaugurada a primeira fase de expansão.

Do mesmo modo, as metas de escolarização serão ampliadas gradativamente. Os estudos preliminares revelaram déficits absolutos de vagas bastante grandes nos maiores centros urbanos e recursos escassos para superá-los; assim, torna-se necessário escalonar a expansão quantitativa nas quatro fases de modo a tentar alcançar uma taxa média de escolarização de 95% do grupo etário urbano de 7-14 anos.

Assim, as prioridades para construções e equipamentos de escolas deverão ser estabelecidas segundo os esquemas de etapas de fases descritas. (p.266-267)

Em setembro de 1973 é lançado o Plano Estadual de Educação (1973 -1976). No Histórico do documento, são destacados como eventos importantes para a sedimentação do processo de definição e implementação da política educacional do Estado do Paraná, entre outros, a assessoria do Departamento de Ensino Fundamental do MEC e a participação do Paraná no II Acordo MEC/USAID. Em ofício anexado à abertura do Plano²², encaminhado ao então governador Emílio Hoffmann Gomes, o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná informa-o sobre a inclusão de recursos provenientes do acordo, no triênio 1974-1976, no orçamento do Estado.

Nas mensagens dos anos seguintes, são apresentados informes sobre as etapas de implantação da reforma, ressaltando-se os quantitativos, que evidenciam a expansão do sistema de ensino, que vinha ocorrendo desde a década de 1960; porém a Educação perde espaço nas aberturas das mensagens, em que agora o destaque maior é dado ao desenvolvimento econômico. Quando é mencionada, sempre o é em relação ao desenvolvimento, e por meio de dados quantitativos:

O desenvolvimento econômico tem como complemento necessário, dentro da filosofia que presidiu esta gestão, a promoção do homem e a distribuição dos frutos do

²² Ofício n.596/73, de 2 de outubro, in PARANÁ, 1973, s/p.

enriquecimento da sociedade. Isto ocorreu em todos os setores, mas muito particularmente na educação, onde, de 1975 para cá, o Estado, com apoio do FAS [Fundo de Assistência Social], construiu 1.600 prédios escolares.

De acordo com os projetos da Fundepar, estes prédios obedecem arquitetonicamente à orientação emanada do MEC. Eles representam 6.106 novas salas de aula e vagas para 600 mil alunos. Estes números configuram um recorde em toda a história da expansão do ensino no Estado do Paraná. Significam, também, que houve, nestes quatro anos, um acréscimo superior a 50% na oferta de oportunidades educacionais, nas instalações estaduais em relação à oferta existente em março de 1975.

O número de alunos matriculados nas escolas paranaenses cresceu de 1.617.537, em 1974, para 1.855.853, em 1978. O governo aplicou no quadriênio 39,1 milhões de cruzeiros na compra de vagas da rede particular de ensino de primeiro e segundo graus e supletivo.

A nível de primeiro grau, 838.108 alunos são atendidos pelo Estado, 585.004 pelos municípios, 95.983 frequentam as escolas particulares e 482 frequentam a rede escolar federal. [...] Implantou-se o Estatuto do Magistério. Foram abertas 6.200 vagas para professores de primeira à quarta série do primeiro grau e 6.700 vagas para professores da quinta à oitava série. Promoveram-se concursos para o preenchimento destas vagas. (Jayme Canet Junior, *in* PARANÁ, 1979, p.XIV-XV).

A necessidade de uma reforma administrativa no âmbito educacional também é evidenciada, agora como decorrente da reforma do ensino:

Foi a Lei nº 5.692 com seu caráter de atualização do sistema de ensino de 1º e 2º graus que impôs uma nova atitude, fazendo com que a estrutura do planejamento educacional passasse a ser vista como um sistema mais amplo que deve prever e esquematizar estrategicamente as decisões sobre recursos, organização pedagógica e administrativa a serem adotadas na condução do processo educacional global. (Emílio H. Gomes, *in* PARANÁ, 1975, p.91)

Neste caso, o Plano Estadual de Educação estabelecido para o período de 1973 a 1976 traz objetivos quantitativos e qualitativos para a expansão e o aperfeiçoamento de todos os graus de ensino, quanto à

construção e equipamentos, treinamento de recursos humanos, elaboração de diretrizes curriculares e do Sistema de Informações Educacionais, entre outros.

Em consonância com o discurso identificado nas mensagens, o GAP, quando da análise da situação do sistema educacional para o planejamento das reformas educacionais, já havia alertado para as limitações do aparelho de Estado neste processo:

Sabe-se que a organização administrativa atual já se mostrava insuficiente e até inócua diante do sistema anterior; o que é proposto daqui por diante pressupõe padrões ainda mais eficientes do que os desejáveis até há pouco. E já não basta afirmar que não se dispõem de estruturas adequadas para enfrentar os graves problemas acumulados; é necessário criá-las o mais prontamente. Ou seja, ter-se-á que aceitar o desafio de transformar o necessário em possível (PARANÁ, 1971, p.262-263).

Os problemas enfrentados na implementação da reforma educacional e administrativa podem ser percebidos por outros registros, como a avaliação feita por professores nas escolas incluídas etapa-piloto de implantação da Lei e pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais:

Parecem situar-se num nível mais baixo de implantação os aspectos mais elaborados e inovadores da lei. Particularmente alarmante é a posição do objetivo "Proporcionar critérios para a efetivação do princípio de concentração e racionalização na estrutura e funcionamento do ensino de 1º Grau", a respeito do qual os informantes opinaram que a escola não adquiriu melhores condições de trabalho, após a implantação da lei, quer nos aspectos técnicos, docentes, administrativos, físicos ou materiais. (WACHOWICZ e CARVALHO, 1974, p.110).

Outro exemplo está em uma palestra proferida pelo coordenador do GAP, Divonzir Gusso:

Esse tipo de implantação evidentemente, não é fácil, todos nós sabemos. Nós temos procurado, no máximo, atender alguns critérios como sejam, os de possibilidade de controle. Uma das queixas maiores que há por parte de todos aqueles que estão empenhados na reforma, é a do suporte logístico, a do suporte técnico-administrativo. Não podemos fazer, e temos certeza

que isso não é uma tarefa de curto prazo, montar isso – está naquela figura que fizemos de início, não podíamos montar, da noite para o dia, uma máquina administrativa efficientíssima que resolvesse todos os problemas decorrentes das nossas idéias sobre o que deva ser o sistema. Estamos tentando fazer alguma coisa, estamos tentando modificar lentamente a estrutura administrativa da Secretaria e dos seus órgãos de apoio e em virtude disso, nós esperamos que a medida que esta reforma administrativa vá adquirindo feições próprias, vá adquirindo as suas características de eficiência, nós possamos, então, contar com aqueles mecanismos de orientação e controle que são necessários para a efetivação da reforma, por isso ela é um pouco talvez lenta no início [...] (1972, p.8-9).

Além de ressaltar a preocupação com as dificuldades e limitações da Secretaria da Educação no suporte à implementação das reformas, este trecho ilustra outro aspecto, relacionado não só à ideia de racionalização, mas ao controle do processo, ou seja, à importância dada pelo GAP a este aspecto.

Neste sentido, deve-se lembrar que avaliação, acompanhamento, supervisão e controle eram elementos característicos da lógica de planejamento, racionalização e modernização administrativa, e já vinham sendo indicados nas mensagens desde a década de 1960 e eram compatíveis com o pensamento racional, centralizador e burocrático, que se colocava em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto que se destaca na leitura das mensagens é a constante ênfase ao desenvolvimento, à modernização, à racionalização e ao planejamento, sempre com o Estado como condutor desse processo, não se referindo somente à Educação, mas também a ela.

Em consonância com as discussões e políticas que ocorriam em âmbito nacional, este tipo de discurso permeia as mensagens dos governadores do Paraná do período, e parece visar à legitimação das ações dos governos (militares ou não) e das reformas administrativas estabelecidas, ressaltando o planejamento como elemento decisivo para a eficácia da ação do Estado. Não obstante, ao debate e às políticas nacionais é acrescido um elemento específico, no Paraná: o apelo

paranista, que, embora seja mais evidente na década de 1960, nunca deixou de estar presente nas mensagens.

A Educação é compreendida como elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país e do Estado. Inicialmente, há uma maior preocupação quanto à sua expansão, em todos os níveis; a partir da Lei 5692/71, sua implantação passa a ser o centro das atenções nas mensagens. Esse entendimento está relacionado tanto ao ideário desenvolvimentista - em suas diversas nuances - que permeou o período, como à Teoria do Capital Humano, que inegavelmente influenciou a necessidade de reconhecimento de investimentos e expansão da Educação como base para o desenvolvimento econômico e social almejado.

Em relação às mensagens, vai sendo alterada a estrutura formal, a maneira de serem organizadas: apesar de dados quantitativos sempre estarem presentes, gradualmente, na década de 1970, sua segunda parte, referente às áreas de atuação do governo, assume o formato de relatório, com tópicos e subitens, sem maior discussão sobre os temas. O que a princípio parece se referir somente à forma, indica o tipo de informação cuja apresentação à Assembleia Legislativa era considerado relevante. Esta mudança envolve toda uma maneira de pensar o Estado e sua função, em especial a prestação de contas de suas ações à Assembleia, e exigiria estudo mais aprofundado; porém parece indicar que a lógica de planejamento e racionalidade chegou a influenciar até mesmo o discurso político e sua forma.

Quanto aos efetivos avanços em direção à racionalização e à modernização da máquina administrativa, tão ressaltados nas mensagens, não há quase referências aos problemas relacionados a essa questão, o que pode ser identificado por meio de outras fontes. Há que considerar, neste caso, tanto o papel que as mensagens cumpriam no sentido político (o balanço de realizações anuais) quanto no sentido histórico (de registro de gestão), sendo assim compreensível a omissão ou minimização das dificuldades, ao menos daquelas decorrentes da própria gestão, uma vez que os problemas conjunturais sempre são mencionados.

A Lei 5692/71, embora traga a necessidade de mudanças estruturais no sistema educacional, parece vir ao encontro de uma tendência que já se desenhava na política educacional paranaense, visível quando estabelece como um dos objetivos do ensino de 1º e 2º graus, em seu artigo 1º, a qualificação para o trabalho, além de “proporcionar ao

educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, [...] e preparo para o exercício consciente da cidadania”; ou ainda quando estabelece a necessidade de expansão do sistema de ensino, embora esta expansão parecesse politicamente mais confortável quando feita sem a pressão da lei, mas como realização espontânea do Governo Estadual.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BRESSER PERREIRA, Luiz C. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio N. (org) *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan: 201-232.
- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 375-399.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 15, n. 41. São Paulo. Jan/Abril, 2001.
- DEBERT, Guita G. *O desenvolvimento econômico acelerado no discurso populista*. Disponível em: www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_08/rbcs08_04.htm. Acesso em 28/08/2007.
- GONÇALVES, S. A. Ambientes Institucional e Técnico e Esquemas Interpretativos: o caso da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. Dissertação de Mestrado – CEPPAD/UFPR, 1998.
- GUSSO, Divonzir. Palestra proferida no III Encontro de Secretários da Educação e Cultura, realizado de 9 a 14 de Julho de 1972. Mimeo.
- IPARDES – Fundação Edison Vieira. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.
- LEÃO, Igor Z.C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IPARDES, CONCITEC, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n.5. Universidad de Aarhus, Latinoamericanistas, p.40-56. Disponível em: [//redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200503.pdf](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/162/16200503.pdf). Acesso em 28/08/2007.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo C. (org.) *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PARANÁ. Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial, 1961 a 1980.

_____. Documento-base para o planejamento prévio para implantação do sistema de ensino de 1º e 2º graus. Curitiba: Fundepar, 1971.

_____. *Plano Estadual de Educação 1973-1976: resumo*. Curitiba: Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação, Fundepar, 1973.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. *Estatísticas Educacionais no Paraná (1971-1981)*. Curitiba: SEP, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1998.

TOLEDO, Caio N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

_____. 50 anos de fundação do ISEB. *Revista Espaço Acadêmico*. N.50, jul/2005. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/050/50ctoledo.htm. Acesso em 28/08/2007.

TRINDADE, Etelvina M.C. e ANDREAZZA, Maria L. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

VALE, Antônio M. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

WACHOWICZ, Lílian A. e CARVALHO, Maria H. S. O. (coord.) Avaliação da implantação da reforma de ensino de 1º grau nos municípios-piloto do Estado do Paraná. *Currículo*, Curitiba: MEC/ Inep/ SEED-PR/CEPE, n.11, dez/1974.